



8 de março de 2018

## Uma só luta: municipais e estaduais

Contatos: [www.pormassas.org](http://www.pormassas.org)  
e-mail: [por@pormassas.org](mailto:por@pormassas.org)

### NESTA EDIÇÃO:

- 7% de reajuste é miséria  
Exigir a reposição das perdas salariais.
- Combater o desemprego e subemprego. Abertura das salas fechadas e redução do número de alunos por sala.

# Rechaçar a intervenção militar no Rio de Janeiro Enterrar a reforma da previdência Lutar pela revogação da reforma trabalhista e da reforma do ensino médio

O golpista Michel Temer está atolado até os ossos na corrupção. Mais uma denúncia veio à tona. Está envolvido no recebimento de propinas da empresa da área de portos. Certamente, tentará se livrar com os mesmos métodos usados por ocasião de denúncias anteriores. Isso ocorre no momento em que acaba de decretar a intervenção no Rio de Janeiro, que afastou o governador eleito e impôs o interventor militar. E em que suspendeu a votação da reforma da previdência. Como se vê, o golpe de Estado e a imposição de um governo de ditadura civil, que militariza a política e impõe medidas draconianas contra os explorados (reforma trabalhista) não puderam estancar a crise política, que tem suas raízes na profunda crise econômica que atingiu o País.

A Reforma da Previdência é parte das medidas draconianas exigidas pelo capital financeiro. Está suspensa temporariamente. Logo mais, o projeto será retomado. Porém, não podemos esquecer que os governadores e prefeitos estão impondo a reforma para o funcionalismo público. Foi assim no Rio de Janeiro

ro e, agora, com o Sampaprev em São Paulo, para citar apenas dois exemplos. Por isso, nada de cantar vitória! As centrais e sindicatos não podem baixar a guarda. Não podem alegar que a guerra já foi vencida. Não podem submeter o movimento ao jogo parlamentar. E não podem iludir os trabalhadores com o eleitoralismo e com os supostos "projetos alternativos para as eleições de outubro". Nada de empurrar o movimento para o campo das eleições! O terreno dos trabalhadores é o da ação direta, é o da greve, ocupações, bloqueios, etc. Devem potencializar a luta de classes para pôr abaixo as reformas e medidas antinacionais e antipopulares e a ditadura civil de Temer.

*Nossa tarefa: responder às violentas reformas com os métodos da luta de classes. Não é hora de alimentar ilusões eleitorais. É hora de organizar os explorados para defender suas reivindicações: emprego, salário e direitos. Levantar as bandeiras de "Abaixo as reformas trabalhistas, previdenciária e do ensino médio!"; "Abaixo a intervenção no Rio de Janeiro!"; "Abaixo a ditadura civil de Temer!"* ■

## REVOGAR A REFORMA DO ENSINO MÉDIO

Temer quer implantar a BNCC, em 2018. No dia 6 de março, teve início a campanha do dia "D". Campanha que visa a buscar respaldo dos explorados para a implantação da reforma do ensino médio. Isto é, entregar o ensino público para as mãos dos capitalistas, diminuir o número de disciplinas, concentrando apenas em português e matemática. O governo quer que a juventude seja iludida com a falácia de que terá o direito de escolha sobre sua formação. É preciso retomar a campanha e aprovar os métodos de combate para pôr abaixo essa reforma. A experiência com as ocupações de escola é fundamental para organizar e impulsionar a verdadeira resistência.

*Unidade na luta entre professores, estudantes e pais contra a reforma do ensino médio!* ■

## Estabilidade a todos os professores Categoria "O"

As assembleias já aprovaram a luta pela estabilidade a todos os contratados. Mas, ainda não ganhou força para impor ao governo. Por isso, Alckmin mantém a brutal exploração e a quarentena. Na atribuição de aulas deste ano, o desemprego golpeou os professores contratados. Tem sido assim todos os anos, com o agravante que agora o fechamento de salas contribuiu para desempregar milhares de professores "O".

*Nossa Tarefa: 1) defender a estabilidade, única forma de combater o desemprego dos contratados; 2) organizar verdadeiramente essa massa de professores "O" para responder o desemprego com os métodos da luta direta; 3) a defesa da estabilidade implicará a unidade de todos professores, dos efetivos aos contratados. A luta isolada já provou que não conquistaremos a estabilidade.*

# 7% de reajuste é miséria. Exigir a reposição das perdas salariais

Depois de 4 anos sem reajuste, Alckmin/PSDB, em campanha para a eleição presidencial, propôs 7%. O piso salarial de um professor de educação básica que leciona para os anos finais do ensino fundamental e médio passará de R\$ 2.415,89 para R\$ 2.585,00. Miserável aumento de R\$ 170,00. Isso para a jornada integral. Valor que representa apenas 2,7 salários mínimos. A cada ano, os professores vão ficando mais pobres e sendo obrigados a trabalharem como loucos em outras redes de ensino.

Não é hora de se conformar com esse miserável reajuste. Não é hora de indignação! É hora da luta! Era para os professores estarem em pé de guerra com o governo. Era para estarem exigindo da Apeoesp e de outras enti-

dades do magistério a organização e aprovação da luta, que necessariamente tem de ser a greve. Única forma do governo ouvir os professores. Sem pressão das bases, a direção do sindicato não colocará os professores para enfrentar o governo e impor a reposição social.

*A Corrente Proletária na Educação defende que o piso salarial seja equivalente ao Salário Mínimo Vital. Ou seja, que nenhum trabalhador receba menos de R\$ 4.600,00, por 20 horas semanais de trabalho. Esse é o valor mínimo que um trabalhador necessita para sustentar a si e a sua família. Defendemos, ainda, a Escala Móvel de Reajuste. Subiu o custo de vida, aumentou o salário na mesma proporção.*

## Combater o desemprego e subemprego Abertura das salas fechadas e redução do número de alunos por sala

A atribuição de aulas foi marcada pelo elevado número de desempregados e subempregados. Para os que conseguiram aulas, tanto professores titulares de cargo como estáveis (categoria "F") e contratados (categoria "O"), tiveram de aumentar o número de escolas para compor a jornada. Mas uma parcela significativa de estáveis e contratados não conseguiu aula alguma. Aos estáveis restou voltar para sua escola e cumprir a hora-permanência e aguardar o surgimento de algumas aulas no decorrer do ano letivo. As consequências são: salas superlotas, destruição física e mental dos professores, aumento das licenças médicas e das faltas.

A causa principal dessa situação de desemprego e subemprego está no alto índice de salas de aulas fechadas em todo o estado. Como se vê, Alckmin mantém o projeto de reorganização do governo Alckmin/PSDB.

A Corrente Proletária na Educação atuou nas atribuições de aulas com o boletim defendendo a abertura de todas as salas e turnos fechados por meio da redução de alunos por sala, máximo de 25 alunos. Reivindicando a estabilidade a todos os professores contratados, por meio da campanha "nenhum professor desempregado". Propagandeou a bandeira de emprego a todos, defendendo a escala móvel das horas de trabalho. Ressaltou que somente com a mobilização direta e coletiva de professores e estudantes é possível derrotar a ofensiva de Alckmin contra a educação pública e os empregos.

*Nossa tarefa: retomar a campanha pela abertura de todas as salas e turnos fechados. Exigir a redução do nº de alunos por sala (no máximo 25 alunos). Defender verdadeiramente a estabilidade a todos os professores contratados. E trabalhar para pôr abaixo a reforma do ensino médio.*

## Uma só luta: municipais e estaduais

Enganam-se aqueles que acreditam que o governo de ditadura civil de Temer abandonou a ideia de reformar a previdência. Os governos estão unificados no ataque aos direitos previdenciários do funcionalismo. Prova disso é que João Dória/PSDB está na ofensiva contra os servidores municipais. Pretende, através do PL 621/16, reformar a previdência de todos os servidores. Quer ampliar a alíquota de contribuição dos atuais 11% para 14%; cobrar, ainda, uma contribuição complementar de até 5%, tanto dos servidores da ativa como dos aposentados. Logo mais, Alckmin ou seu sucessor farão o mesmo.

O funcionalismo municipal está respondendo os ataques de Dória com greve. Esse tem de ser o caminho. Os professores estaduais não poderão ficar passivos. A vitória dos municipais é a vitória também dos estaduais. Daí a importância da unidade, das ações coletivas.

*Responder a ação centralizada dos governos federal, estaduais e municipais para impor a reforma da previdência. E a resposta dos trabalhadores terá de ser também centralizada e com os métodos da ação direta. Unidade na luta entre professores municipal e estadual!*